

SEÇÃO: VARIA

GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE

Neoliberal Governmentality And Production Of Subjectivity

Bianca Kelly de Souza¹

<https://orcid.org/0009-0002-6705-7936>

bianca.souza@ufu.br

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar o *modus operandi* da governamentalidade neoliberal, marcado por um conjunto de prescrições calculadas, que organizam instituições, distribuem espaços, regulamentam comportamentos e assujeitam os indivíduos. A fim de compreender o modo como os discursos e práticas neoliberais, marcados por noções como a de mercado, empresa, concorrência, competência, desempenho, ganham materialidade e produzem efeitos sob a subjetividade dos indivíduos, fazendo com que estes internalizem a racionalidade econômica como única forma de racionalidade possível

Palavras-chave: Governamentalidade. Subjetividade. Neoliberalismo

Abstract: The objective of this article is to analyze the *modus operandi* of neoliberal governmentality, marked by a set of calculated prescriptions, which organize institutions, distribute spaces, regulate behaviors and subject individuals. In order to understand the way in which neoliberal discourses and practices, marked by notions such as market, company, competition, competence, performance, gain materiality and produce effects on the subjectivity of individuals, making them internalize economic rationality as the only form of possible rationality.

Keywords: Governmentality. Subjectivity. Neoliberalism

O curso ministrado por Michel Foucault no *Collège de France* intitulado *Nascimento da Biopolítica*, cujo projeto inicial era um estudo da biopolítica, acabou se tornando um denso conjunto de análises voltadas ao neoliberalismo. Nesse conjunto podemos encontrar

¹ Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual de Montes Claros. Possui Pós-graduação Lato sensu em Docência do Ensino Superior com ênfase em Gestão Educacional pelas Faculdades Unidas do Norte de Minas - FUNORTE. Possui Pós-graduação Lato sensu em "Tópicos Especiais em História da Filosofia Moderna e Contemporânea" pela UNIMONTES/MG. Possui Mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Membro do grupo de Pesquisa Pensamento Contemporâneo UNIMONTES/MG e do Grupo de Pesquisa Filosofia, Ciências Humanas e Outros Sistemas de Pensamento UNIMONTES/MG. É professora efetiva no Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Atualmente é doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia/UFU.

tentativas de repensar o liberalismo, a partir de suas principais inflexões contemporâneas: o neoliberalismo alemão, conhecido como ordoliberalismo, ligado à escola de Friburgo e o neoliberalismo estadunidense, identificado à escola de Chicago, também conhecido como anarcoliberalismo americano. Trata-se de duas versões da governamentalidade neoliberal que, apesar de possuírem elementos comuns e certa continuidade, também possuem cada uma suas especificidades.

Na investigação foucaultiana acerca do neoliberalismo alemão, podemos encontrar a suspeita do surgimento, na Alemanha, de um novo paradigma de governo, que foi – considerando algumas mutações – difundido por toda Europa. “O modelo alemão que se difunde, o modelo alemão que está em questão, o modelo alemão que faz parte de nossa atualidade, que a estrutura e a perfila sob o seu corte real, esse modelo alemão é a possibilidade de uma governamentalidade neoliberal” (FOUCAULT, 2008b, p. 265).

O neoliberalismo alemão ou ordoliberalismo está ligado ao movimento intelectual de crítica ao nazismo e à reconstrução da Alemanha pós-guerra. Marcado por um conjunto de preocupações: com o futuro político do país, com os contornos do novo Estado alemão, em como garantir sua legitimidade e em como evitar o retorno do nazismo. Seus principais representantes, Walter Eucken, Franz Böhm, Alfred Müller-Armack, Alexander von Rüstow, Wilhem Röpke, F. von Hayek, L. von Mises², perguntavam-se como refundar a ordem social liberal, após o estadismo totalitário, que revelou uma economia planificada e dirigida. Os ordoliberais vão buscar fornecer uma justificativa teórica para a reconstrução política alemã, fazendo da economia de mercado o alicerce do Estado.

Em suas análises acerca do neoliberalismo alemão ou ordoliberalismo³, Foucault observa que o problema da Alemanha em 1948 era “como conseguir articular a legitimidade de um Estado com a liberdade dos parceiros econômicos, admitindo-se que a segunda é quem deve fundar a primeira, ou servir de caução à primeira” (FOUCAULT, 2008, p. 143). Ou seja, a questão é a seguinte, supondo um Estado que não existe, como fazê-lo existir a partir do espaço não estatal que é a liberdade econômica? Como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado?

² Esses teóricos do neoliberalismo, suas respectivas obras e acontecimentos históricos do qual fizeram parte, são frequentemente mencionados por Michel Foucault em suas análises.

³ O nome ordoliberalismo é originado em função da revista *Ordo*, fundada em 1948 pelo professor de economia política em Friburgo Walter Eucken, um dos principais expoentes do neoliberalismo alemão.

Essa é a problemática que cria moldura a partir da qual o ordoliberalismo tomou corpo, invertendo a relação entre Estado e economia de mercado, na medida em que não pergunta ao Estado que liberdade ele vai dar à economia, mas pelo contrário, vai perguntar à economia como a sua liberdade vai poder ter uma função e um papel de estatização, no sentido de fundar efetivamente a legitimidade do Estado.

Foucault destaca como uma das características fundamentais da governamentalidade neoliberal na Alemanha, o efeito político da atividade econômica, marcado pelo fato de não considerar a atividade econômica relacionada apenas à produção e distribuição de riquezas, à função asseguradora da prosperidade de todos. Na governamentalidade neoliberal alemã, “[...] o crescimento econômico produz soberania, produz soberania política pela instituição e pelo jogo institucional que faz precisamente funcionar essa economia. A economia produz legitimidade para o Estado, que é seu avalista” (FOUCAULT, 2008b, p. 114).

Segundo Foucault, a economia produz sinais políticos que faz funcionar estruturas, além de produzir mecanismos e justificação de poder. “O mercado livre, economicamente livre, liga politicamente e manifesta vínculos políticos” (FOUCAULT, 2008b, p. 116). Temos então, uma nova maneira de articular economia e política na Alemanha. Primeiramente, é estabelecido certo funcionamento econômico, que estava na base da existência do Estado e do seu reconhecimento internacional e somente em seguida aparecia, de certo modo, a legitimidade do Estado.

Foucault observa que os ordoliberais vão produzir um considerável número de transformações e deslocamentos na doutrina liberal tradicional. Um deslocamento relevante promovido pelo ordoliberalismo é a passagem da troca à concorrência como princípio de mercado. Para os ordoliberais, o essencial do mercado está na concorrência. Ela é o princípio de organização do mercado, a concorrência entre as empresas, a concorrência entre os trabalhadores. Nesse caso, trata-se de uma concorrência que não tem nada de espontâneo, não é a expressão da propensão dos humanos a troca, como concebido pelo liberalismo clássico, ou seja, a concorrência não é o resultado de um “jogo natural” dos apetites, dos instintos e dos comportamentos. Nesse sentido, é possível perceber que o neoliberalismo assume uma postura antinaturalista.

Ainda sobre o modo como os ordoliberais concebem a concorrência, Foucault observa que: “[...] a concorrência como lógica econômica essencial só aparecerá e só

produzirá seus efeitos sob certo número de condições cuidadosa e artificialmente preparadas. [...] A concorrência é um objetivo histórico da arte governamental” (FOUCAULT, 2008b, p. 164). Como não é um dado natural, a concorrência só poderá aparecer se for produzida por uma governamentalidade ativa, que vai organizar o espaço concreto e real onde a concorrência vai atuar.

O ordoliberalismo marca sua singularidade em relação às formas anteriores de liberalismo, ao constituir-se como um estilo governamental que não está sob o signo do *laissez-faire*, situando-se sob o signo de uma política ativa, marcada pela vigilância e intervenção permanente. “Percebe-se, pois, que apesar do discurso de retorno ao liberalismo, os neoliberais produziram uma nova base teórica e uma nova política. O neoliberalismo sedimenta-se então, como um modelo marcado pelo ativismo [...]” (CASARA, 2021, p. 111).

Apesar da defesa de um intervencionismo, o ordoliberalismo também marca suas especificidades em relação às políticas liberais planificadoras e dirigistas, por tratar de formas de intervenção de natureza diferente. A questão para os ordoliberais não é a de agenda/não agenda, no sentido de quais ações devem ser executadas e quais não, em quais áreas deve-se intervir e em quais não, o problema para eles é saber como intervir, trata-se da maneira de fazer.

Nesse sentido, a intervenção governamental neoliberal “deve ser discreta no que tange aos processos econômicos” e, ao contrário, deve ser intensa quando direcionada a “dados técnicos, científicos, jurídicos, demográficos, digamos, grosso modo, sociais” (FOUCAULT, 2008b, p. 194). Principalmente no que tange à esfera dos conflitos sociais e à estrutura psíquica dos indivíduos, que se tornaram o principal alvo das intervenções. Desse modo, é possível constatar a falsa ideia de que o aparecimento do neoliberalismo seria solidário a uma sociedade com menos intervenção do Estado.

Segundo Foucault, um dos traços que definem o estilo da ação governamental do neoliberalismo é buscar realizar uma política social, ou melhor, *Gesellschaftspolitik* - “política de sociedade”, que consiste em agir sobre o “meio social” com o objetivo de orientar a conduta dos indivíduos. Trata-se de agir sobre a própria sociedade, na trama dos processos sociais, para fazer funcionar o mecanismo do mercado, ou seja, a concorrência, fazendo da concorrência o princípio regulador do social. O que os neoliberais querem fazer, “[...] não é

um governo econômico, é um governo de sociedade” (FOUCAULT, 2008b, p. 199), tornando a sociedade o alvo e o objeto da prática governamental.

De acordo com Laval (2020), a governamentalidade neoliberal busca agir sobre o meio social, de forma que o indivíduo evolua em respeito às regras que regem esse meio, respondendo as incitações que tal meio produz, em direção ao crescimento do seu capital. Dentro desse espaço de regras e incitações, o indivíduo é livre para agir como queira, devendo capitalizar seus próprios recursos. “O meio que melhor desenvolve as incitações à capitalização é o mercado concorrencial” (LAVAL, 2020, p. 80). Desse modo, a política neoliberal procura criar e sustentar uma ordem concorrencial, na qual os sujeitos devem ser colocados e se adaptar funcionando como empresas, ou seja, unidades de capitalização privada.

Um aspecto singular da lógica da concorrência neoliberal é existência de uma ordem concorrencial marcada pelo jogo entre as desigualdades, que deve ser instituído, continuamente alimentado e sustentado. “O governo do mercado fundado na concorrência e na empresa deve velar para que todo mundo se encontre em um estado de ‘igual desigualdade’” (LAZZARATO, 2011, p.22). Observamos, assim, a constituição de uma forma de governar a conduta dos indivíduos pela gestão das desigualdades. Para os ordoliberalis:

[...] é preciso que haja pessoas que trabalhem e outras que não trabalhem, ou seja, que haja salários altos e salários baixos, é preciso também que os preços subam e desçam, para que as regulações se façam. [...] Uma política social não pode adotar a igualdade como objetivo. Ao contrário ela deve deixar a desigualdade agir [...] para eles, o jogo econômico, com os efeitos desigualitários que ele comporta é uma espécie de regulador geral da sociedade [...]. Logo, nada de igualização e, por conseguinte, de modo mais preciso, nada de transferência de renda de uns para os outros. (FOUCAULT, 2008b, p. 195-196).

Segundo Lazzarato (2011), a governamentalidade neoliberal promove a gestão das desigualdades de modo eficaz aumentando cada vez mais as forças da concorrência. As políticas sociais neoliberais buscam favorecer a multiplicação das diferenças ao identificar diferenças de status, de rendimento, de formação, de garantias sociais etc., e promover um contraponto entre essas desigualdades, jogando os grupos, as classes e as categorias uns contra os outros. Além disso, buscam ampliar as políticas de individualização no interior de cada segmento e cada situação, promovendo, nesse caso, contraposições e conflitos de interesse entre indivíduos de uma mesma categoria, como por exemplo, individualização de

salários e carreiras dentro das instituições, individualização dos acompanhamentos dos desempregados, individualização da assistência à saúde. Nesse sentido, as distâncias sociais que eram marcadas coletivamente, passam a ser delimitadas individualmente. Esse aprofundamento dos processos de individualização, além de fragilizar o indivíduo, enfraquece as lutas políticas.

A lógica neoliberal não quer nem a redução, nem a extinção das desigualdades pela simples razão que ela atua em cima dessas diferenças e a partir delas. Ela procura somente estabelecer um equilíbrio tolerável, um equilíbrio suportável para sociedade entre as normalidades diferentes: entre a normalidade da pobreza, da precariedade, e a normalidade da riqueza. [...] Ela se interessa somente pela “pobreza absoluta” que impede o indivíduo de disputar o jogo da concorrência. Ela deve apenas definir um limiar, um mínimo vital acima do qual o indivíduo pode se tornar uma “empresa”, acima do qual as distâncias de rendimento podem e devem ser importantes, e abaixo do qual ele cai fora do jogo social, do jogo da concorrência e no qual ele pode ser ajudado, mas de maneira pontual e não sistemática. (LAZZARATO, 2011, p. 50-51).

Podemos perceber que a política de sociedade do neoliberalismo não busca corrigir os efeitos destruidores do mercado, muito menos evitar a instalação das desigualdades. Seu real objetivo é o ótimo funcionamento do mercado concorrencial, a fim de promover ao máximo o crescimento econômico. Nesse caso, “[...] só há uma política social verdadeira e fundamental: o crescimento econômico” (FOUCAULT, 2008b, p. 198). É ele que vai permitir que os indivíduos alcancem um nível de renda que possibilite a aquisição de seguro individual e a cobertura dos riscos, como acidentes, doenças, desemprego etc. Trata-se de uma tendência à privatização dos mecanismos de seguro ou de uma política social privada .

No sentido de dar conteúdo à política de sociedade, os ordoliberais insistiram na formalização da sociedade com base no modelo da empresa, deixando agir o jogo econômico e os mecanismos da concorrência. “É essa multiplicação da forma ‘empresa’ no interior do corpo social que constitui, a meu ver, o escopo da política neoliberal. Trata-se de fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa o que poderíamos chamar de poder enformador da sociedade”. (FOUCAULT, 2008b, p. 203).

A governamentalidade neoliberal insere, na sociedade, o espírito da empresa, intervindo no comportamento dos indivíduos, incitando-os a organizarem todos os aspectos de suas vidas no formato de uma empresa, forçando cada indivíduo a se tornar “empresário de si mesmo”. Nesse sentido, tanto a relação que o indivíduo estabelece consigo mesmo, quanto as relações que o indivíduo estabelece com os bens exteriores devem ter como

referência o funcionamento da empresa como unidade de produção em concorrência com os outros. Desse modo, o sujeito econômico que se constitui na governamentalidade neoliberal é o homem da empresa, cujo comportamento é influenciado pelos princípios econômicos da sociedade, ou seja, é um indivíduo que se adapta à realidade do mercado para maximizar seus ganhos.

Segundo Dardot e Laval (2016), o principal legado político do ordoliberalismo alemão consiste em dois elementos essenciais. O primeiro é o estabelecimento da concorrência como norma, como um princípio fundamental da ordem econômica. O segundo é a atribuição da “sociedade” – até em seus elementos mais individuais – como objeto específico da ação política que, conseqüentemente, coloca “[...] o indivíduo como foco único do governo de si mesmo e ponto de apoio do governo da conduta. É nisso, de fato, que devemos situar o sentido profundo da universalização da lógica da empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 132).

Ainda no curso *Nascimento da Biopolítica*, a partir da aula de 14 de março de 1979, Foucault anuncia a análise de alguns aspectos do neoliberalismo estadunidense. O filósofo observa que este marca uma diferença em relação ao neoliberalismo alemão e francês, por não se tratar apenas de uma alternativa técnica de governo, ou seja, apenas de uma opção econômica e política elaborada pelos governantes. O neoliberalismo nos Estados Unidos “é toda uma maneira de ser e de pensar. É um tipo de relação entre governantes e governados, muito mais que uma técnica dos governantes em relação aos governados” (FOUCAULT, 2008b, p. 203).

Um dos elementos característicos do neoliberalismo estadunidense e que marca sua singularidade no âmbito da racionalidade governamental neoliberal é a “teoria do capital humano”. Segundo Foucault (2008b), essa teoria representa uma inserção da análise econômica em um domínio até então inexplorado e, a partir disso, surge a possibilidade de interpretar, em termos estritamente econômicos, todo um campo considerado, de fato, não-econômico.

Os neoliberais estadunidenses, entre as décadas de 1960-70, partem da crítica que a economia política clássica não explorava adequadamente o fator trabalho, no que diz respeito à produção de bens. Foucault aponta que tal crítica é uma tentativa dos neoliberais de reintroduzir o trabalho no campo da análise econômica.

O problema que se colocará a partir do momento em que se pretende fazer a análise do trabalho, em termos econômicos, será saber: como quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe? Para isso, será preciso situar-se do ponto de vista de quem trabalha e investigar o trabalho como conduta econômica praticada, racionalizada e calculada por quem trabalha. Nessa perspectiva, o “trabalhador deixa de ser objeto de uma oferta e de uma procura na forma de força de trabalho” (FOUCAULT, 2008b, p. 308), e passa a ser concebido como um “sujeito econômico ativo”.

No neoliberalismo estadunidense, o trabalho é transformado em capital, definindo capital como o que torna possível uma renda, nesse sentido, o capital é praticamente indissociável de quem o detém. Isso significa que: “A aptidão a trabalhar, a competência, o poder de fazer alguma coisa, tudo isso não pode ser separado de quem é competente e pode fazer essa coisa”. (FOUCAULT, 2008b, p. 309). Desse modo, na teoria do capital humano, o trabalhador é identificado por um capital de competências que lhe confere fluxos de renda.

O capital humano, de acordo com o neoliberalismo estadunidense, é composto de elementos inatos e elementos adquiridos. Entretanto, Foucault destaca o interesse dos neoliberais pelo capital humano adquirido, ou seja, pela constituição de um capital humano ao longo da vida do indivíduo, marcada por uma incessante busca pelos conhecimentos, habilidades e atitudes que favorecem a realização de trabalho, de modo a produzir valor econômico.

Nessa perspectiva, o filósofo observa os investimentos educacionais como fundamentais para formar esse tipo de capital humano. Se, para os neoliberais, as competências humanas são consideradas capitais que o indivíduo possui, o investimento educativo é o investimento no crescimento do seu capital, o que possibilitará uma maior renda que poderá ser reinvestida pelo indivíduo.

Foucault observa que aquilo o qual os neoliberais consideram como investimentos educativos são múltiplos e numerosos, estando para além da escolarização e da formação profissional. Ele cita como exemplo de investimento na constituição do capital humano “o tempo que os pais consagram aos filhos fora das simples atividades educacionais propriamente ditas”, além disso, “os cuidados proporcionados, o nível de cultura dos pais” (FOUCAULT, 2008b, pp. 315-316). São elementos que serão incorporados nas habilidades diversas do futuro adulto, que poderão ser convertidas em capital humano.

Ainda nessa perspectiva de investimento na formação do capital humano⁴, é possível pensar na inserção das atividades relativas à saúde dos indivíduos, como elemento por meio do qual o capital humano pode ser aprimorado e conservado, tornando-se útil pelo maior tempo possível. Segundo Foucault, “podem-se repensar todos os problemas da proteção da saúde, todos os problemas da higiene pública em elementos capazes ou não de melhorar o capital humano” (FOUCAULT, 2008b, p. 316).

Além dos numerosos investimentos educativos e da inserção das atividades relacionadas à saúde dos indivíduos, outro elemento constitutivo do capital humano é a mobilidade, ou seja, a capacidade do indivíduo se deslocar, em específico, a migração. Segundo Foucault, a migração gera custos para o indivíduo que se desloca – custo do tempo que ele fica sem trabalhar, sem ganhar dinheiro, durante o deslocamento; custo psicológico de instalação e adaptação a um novo meio etc. Apesar disso, a migração é um custo que tem por função um investimento, quando visa à melhoria de posição e remuneração do indivíduo. “[...] o migrante é um investidor. Ele é empresário de si mesmo, que faz certo número de despesas de investimentos para obter certa melhoria”. (FOUCAULT, 2008b, p. 317). Desse modo, a capacidade de fazer opções de mobilidade é um empreendimento de si mesmo, com investimento e renda.

É relevante destacar que o protagonismo do Estado para favorecer a ordem concorrencial, já presente no ordoliberalismo, se amplia nas políticas neoliberais contemporâneas. O Estado ao incitar e difundir o modelo da empresa para todas as relações sociais assume a tarefa de promover a generalização dos comportamentos tipo “capital humano” em todos os domínios da sociedade. Nesse sentido, o Estado está longe de desempenhar um papel minoritário, seu pretense desengajamento proclamado pelas políticas neoliberais não se referem à incitação do meio concorrencial.

Foucault observar que, na passagem da concepção de força de trabalho para a concepção capital-competência, o trabalhador aparece como uma espécie de empresa para si mesmo, “[...] sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda” (FOUCAULT, 2008b, p. 311). Considerando essa perspectiva,

⁴ Segundo Foucault, somente uma análise bem detalhada dos investimentos no capital humano – da maneira como ele foi aumentado, dos setores em que foi aumentado, dos elementos introduzidos a título de investimento – é capaz de explicar o crescimento efetivo dos países. É para o lado do investimento no capital humano que se dirigem as políticas econômicas, sociais, culturais e educacionais dos países desenvolvidos. (FOUCAULT, 2008b, p. 319).

o empresário de si, ao mesmo tempo em que investe em si mesmo, ele se autoexplora, se torna fiscalizador de si próprio, e se constitui como sendo, ao mesmo tempo, patrão e trabalhador, capitalista e proletário.

Segundo Laval (2020), a novidade da teoria do capital humano reside na ideia de que é possível considerar a subjetividade humana como decorrente da lógica da acumulação capitalista. No sentido de que, subjetivamente, o indivíduo não é mais visto como força de trabalho, com um preço no mercado, mas como uma empresa que deve ser gerida, segundo uma racionalidade específica. Desse modo, o indivíduo trabalhador tem um capital de competências a gerenciar, conforme uma lógica da maximização do resultado dos seus investimentos.

Nesse empresariamento da vida, a empresa deixa de ser uma instituição e passa a ser uma maneira de se comportar no campo econômico. O comportamento dos indivíduos passa a ser marcado pelo constante investimento estratégico na competência, que conserva e faz crescer o capital humano, bem como faz crescer a rentabilidade do trabalhador, que será reinvestida no capital humano. Podemos observar, aqui, um tipo de subjetivação individual, reivindicada pelo jogo da concorrência e enfatizada pelo funcionamento da empresa.

De fato, o sujeito neoliberal é levado a se identificar como empresa, comportando-se de acordo com os imperativos da maximização dos investimentos em todas as áreas da existência: consumo, educação, saúde, amor, casamento, imigração, fecundidade, criminalidade etc. Todas as atividades e todas as instituições, inclusive a família, são assimiláveis ao funcionamento de uma empresa [...]. (LAVAL, 2020, p. 69)

Desse modo, Foucault constata que o movimento neoliberal, desde seu surgimento, em suas variadas versões, possuía como uma das características delineadoras a expansão dos princípios econômicos de análise e administração para outros domínios. O neoliberalismo estadunidense radicaliza essa perspectiva, ao promover uma “generalização de certo modo absoluta”, “generalização ilimitada” da forma econômica do mercado. (FOUCAULT, 2008b, p. 334). Nessa perspectiva, a governamentalidade estadunidense utiliza da econômica do mercado e suas respectivas análises para decifrar fenômenos e objetos que não são especificamente de ordem econômica, mas sim fenômenos de ordem social, como por exemplo: aplicação da análise econômica ao casamento, à educação dos filhos, à criminalidade etc.

Como consequência dessa generalização ilimitada, o modelo econômico do mercado passa a funcionar como princípio de inteligibilidade, responsável pela decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais. Assim, todas as esferas da vida humana passam a ser pensadas e avaliadas em função de critérios econômicos. O neoliberalismo torna-se “um modo de compreender e atuar no mundo, capaz de produzir mutações sobre tudo e todos” (CASARA, 2021, p. 103), altera as instituições, as relações dos indivíduos com os outros e consigo mesmo.

É importante destacarmos que as análises de Foucault acerca da governamentalidade neoliberal não negligenciam o modo de compreensão da constituição do sujeito como parte do conjunto teórico e prático que compõe a racionalidade governamental pautada no modelo econômico, marcada pelo governo econômico dos homens. Nessa perspectiva, o filósofo traz à baila a noção de *homo oeconomicus*, na tentativa de investigar como se configura esse modelo de indivíduo que vem pautando a conduta das pessoas.

Para Foucault o *homo oeconomicus* é o modelo, é a “grade de inteligibilidade que será adotada para o comportamento de um novo indivíduo”. Essa grade de inteligibilidade será “a superfície de contato entre o indivíduo e o poder que se exerce sobre ele” (FOUCAULT, 2008b, p. 345), o que significa que só se poderá agir sobre o indivíduo, ele só se tornará governamentalizável na medida em que é *homo oeconomicus*.

É importante ressaltar que o *homo oeconomicus* não é um conceito sistematicamente delimitado nas análises foucaultianas, o filósofo vai dizer que “não há na verdade teoria do *homo oeconomicus* nem mesmo história dessa noção” (FOUCAULT, 2008b, p. 370). Mas, apesar disso, ele se arrisca a uma análise arbitrária dessa noção. “O *homo oeconomicus* é, digamos, o ponto abstrato, ideal e puramente econômico que povoa a realidade densa, plena e complexa da sociedade civil”. (FOUCAULT, 2008b p. 403). Desse modo, o *homo oeconomicus* é um tipo ideal de indivíduo, modelo desejável ao governo econômico da sociedade. É por essa grade de inteligibilidade que a racionalidade governamental vai compreender os indivíduos e a sociedade.

Foucault observa que ao longo século XX, o problema da aplicabilidade do *homo oeconomicus* – como grade de inteligibilidade – nas áreas e condutas consideradas não

econômicas, marca a discussão neoliberal nos Estados Unidos⁵. Para apresentar esse problema, Foucault recorre à premissa de Gary Becker, de que “toda conduta que responde de forma sistemática a modificações que são introduzidas artificialmente no meio”, ou seja, “toda conduta que aceite a realidade! – deve poder resultar de uma análise econômica”. (FOUCAULT, 2008b p. 368-369).

Nesse sentido, o homem econômico aceita a realidade, na medida em que se conforma com ela, e não vai se esforçar para transformar a realidade em que vive, a fim de atingir seus interesses. Ele age observando as variáveis do meio social, na busca dos melhores recursos disponíveis para si, no que tange à realização de algum fim, esse é o modo de ação do *homo oeconomicus*. De acordo com essa lógica, o sujeito de interesse aplicará sua conduta econômica em todo tipo de meio em que pode e deve agir, o que torna a conduta econômica um elemento fundamental, no âmbito de todas as ações humanas.

Com a governamentalidade neoliberal, Foucault nota uma considerável mudança na concepção de *homo oeconomicus*: “De parceiro intangível do *laissez-faire*, o *homo oeconomicus* aparece agora como correlativo de uma governamentalidade que vai agir sobre o meio e modificar sistematicamente as variáveis do meio” (FOUCAULT, 2008b p. 369). Nessa perspectiva, o homem econômico aparece como aquele que é passível de ser manobrado, suggestionado e, eminentemente, governável. Sendo assim, o sujeito de interesse que era, de acordo com a racionalidade liberal, intocável, que não poderia ter seus interesses violados, passa a ser um sujeito completamente manipulável e adaptável às variáveis do mercado.

Temos agora um tipo de sujeito que não age para transformar o meio. Sua ação se dá a partir das condições ambientais criadas pelas intervenções governamentais. Cabe então à razão governamental agir na construção/alteração da realidade em que o sujeito de interesse atuará. A racionalidade neoliberal manipula o meio social – a partir da percepção de que o meio afeta o jogo de interesses – com o objetivo de controlar e domesticar as ações humanas, pela via do esvaziamento da vontade humana de tudo o que não está em consonância com o mercado. Consequência disso é o estabelecimento de padrões no comportamento dos sujeitos, a partir de alterações que ocorrem em seus modos de vida.

⁵ Foucault cita como exemplo as discussões que ocorrem por volta dos anos 1960/70, o livro de Ludwig von Mises intitulado *Human Action* e uma série de artigos no *Journal of Political Economy*, como o de G. Backer: “Investment in human capital: theoretical analysis” e o de I. M. Kirzner: “Rational Action and economic theory”.

Desse modo, o poder da racionalidade neoliberal não é oriundo da imposição de uma força externa sobre o indivíduo e a sociedade, mas se deve ao estabelecimento de situações que conduzem os sujeitos a funcionar de acordo com os termos do jogo da concorrência imposto a eles. Trata-se de um tipo de governamentalidade que possui algo próprio, que é a condução das condutas dos indivíduos por meio dos processos de subjetivação, a partir de técnicas de poder inéditas que inseridas no meio social perpassam pelo indivíduo, pela sua subjetividade, pelo seu comportamento e pelo seu estilo de vida. O neoliberalismo produz maneiras de viver e coloca em jogo nossas formas de existência, nosso modo de nos relacionar com os outros e conosco mesmo.

Apesar de passar por metamorfoses e renovações, o neoliberalismo ainda predomina nos dias de hoje como um modo de governamentalidade que orienta a prática efetiva dos governos, das empresas e dos indivíduos. Foucault dificilmente poderia antecipar as mutações do neoliberalismo e as implicações destas para a subjetividade dos indivíduos, mas, por meio da noção governamentalidade ele criou uma moldura de análise e promoveu uma profusão de elementos conceituais que podem se tornar uma ferramenta próspera, nas mãos de pensadores e pesquisadores posteriores que se dedicam a investigar os desdobramentos da racionalidade política neoliberal e suas consequências para o indivíduo e para a sociedade.

No caminho aberto pelas análises de Foucault, Dardot e Laval (2016) buscam caracterizar os traços do novo modelo de sujeito inaugurado pelo neoliberalismo, investigando a maneira como o neoliberalismo produziu em nós um modo de pensar, sentir e agir.

Assim como Foucault, eles observam o aparecimento de um novo tipo de sujeito, a partir da emergência e desenvolvimento do neoliberalismo. Para eles, não se trata mais do sujeito calculador, trabalhador produtivo das indústrias e sim do sujeito de competências e competitivo das empresas. Esse novo sujeito deve ser compreendido a partir das práticas discursivas e institucionais, responsáveis por produzir a figura do “sujeito empresarial”. O sujeito neoliberal se constitui a partir de um modelo que é o modelo da empresa.

Nesse contexto de abrangente valorização do modelo empresarial, a empresa passa a ser considerada como um lugar de realização pessoal e bem-estar material dos indivíduos, que se encontram envolvidos por inteiro na atividade que se exige que eles cumpram. O

sujeito neoliberal “é o sujeito do envolvimento total de si mesmo”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327).

Dardot e Laval (2016) trazem à baila em suas análises acerca da constituição do sujeito neoliberal, a noção de desejo. No sentido de que o desejo é parte constituinte desse sujeito, que internaliza o desejo do outro e que busca realizar o desejo do outro como se fosse o seu próprio desejo. Trata-se de um sujeito governado pelo desejo que, no contexto de generalização empresarial, busca a realização e o sucesso da empresa, como sendo sua própria realização. Como afirmam os autores:

A vontade de realização pessoal, o projeto que se quer levar a cabo, a motivação que anima o “colaborador” da empresa, enfim, o *desejo* com todos os nomes que se queira dar a ele é o alvo do novo poder. O ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção das condutas. Porque o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, eliminar qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer *distância* entre o indivíduo e a empresa que o emprega. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327)

Além de realização pessoal e satisfação do desejo, a empresa se apresenta idealmente para o sujeito neoliberal como um lugar de competição, de aprendizagem, de adaptação às constantes demandas do mercado, inovação permanente e excelência na ação. Tal imaginário conduz o sujeito a um trabalho interior constante em busca do aperfeiçoamento de si mesmo, por meio de uma entrega completa para se tornar o mais eficaz possível para a empresa. “[...] a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 331).

É possível observar que a racionalidade neoliberal sustenta um mesmo tipo de discurso para os mais variados aspectos da existência do indivíduo, articulando sujeito, Estado e empresa. Nesse sentido, a empresa não é apenas o modelo geral a ser imitado, mas também uma atitude que deve ser buscada e valorizada por todos os indivíduos, em todos os domínios. A empresa se torna um elemento de integração da vida pessoal com a vida profissional e social dos indivíduos, é um elemento capaz de articular a maneira como os homens são governados com a maneira como eles governam a si próprios.

Desse modo, o discurso neoliberal, que leva o indivíduo a pensar a si mesmo como uma empresa, incita a relação do sujeito consigo mesmo, a partir da ideia de que cada

indivíduo deve conduzir a sua vida em função da realização dos seus desejos e necessidades e que, para tal, deve investir na transformação de si mesmo. É possível caracterizar esse indivíduo que se relaciona consigo mesmo no formato empresarial do seguinte maneira:

Trata-se do indivíduo competente e competitivo, que procura maximizar seu capital humano em todos os campos, [...] que procura sobretudo *trabalhar a sim mesmo* com intuito de transformar-se continuamente, aprimorar-se, tornar-se sempre mais eficaz. O que distingue esse sujeito é o próprio processo de aprimoramento que ele realiza sobre si mesmo, levando-o a melhorar incessantemente seus resultados e seus desempenhos. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 333)

Nessa perspectiva, os autores distinguem uma ética da empresa dotada de uma rivalidade agonística, marcada pela concorrência, pela força e pela luta para se atingir o sucesso. Sendo esse sucesso associado à realização profissional, e “sendo bem-sucedidos profissionalmente, fazemos de nossa vida um ‘sucesso’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 333). Essa conjugação entre o projeto pessoal de cada indivíduo e o projeto de excelência da empresa, entre vida pessoal e profissional, só é possível na medida em que o indivíduo se torna uma empresa de si mesmo.

A empresa de si mesmo é um compromisso para toda a vida, constitui um percurso educativo que legitima uma existência bem-sucedida. É um trabalho constante que o indivíduo realiza sobre si mesmo, para melhorar o seu capital humano e criar as melhores estratégias, para gerir sua vida em todos os aspectos, nas relações sociais, profissionais, nos cuidados com a saúde, nas relações familiares etc. Esse tipo de autogoverno pode ser denominado de *entrepreneurship* (empreendedorismo). Trata-se de um tipo de comportamento que pertence a todos os indivíduos, não somente aos investidores e donos de empresas.

Somos todos empreendedores, ou melhor, todos aprendemos a ser empreendedores. Apenas pelo jogo do mercado nós nos educamos a nos governar como empreendedores. Isso significa também que, se o mercado é visto como um livre espaço para os empreendedores, todas as relações humanas podem ser afetadas por essa dimensão empresarial, constitutiva do humano. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 146)⁶

⁶ É importante destacar que essa concepção de “sujeito empreendedor” é devedora do modo como o pensamento neoliberal austro-americano de Hayek e Von Mises concebeu a noção de mercado. Para eles, o mercado é um processo subjetivo, de descoberta, aprendizagem contínua e adaptação permanente, que modifica os sujeitos, ajustando uns aos outros. O mercado deixa de ser um “meio” regido por leis naturais e passa a ser um processo regulado por motivações psicológicas e competências específicas que, uma vez instaurado, não necessita mais de intervenções.

Todas as atividades que os indivíduos realizam sobre si mesmo, no sentido de melhorar sua conduta e desenvolver suas habilidades práticas, como capacidade de inovar, de criar, de se conhecer melhor (autodiagnóstico); de gerir, de se comunicar com os outros, de ser empático, cooperativo – técnicas que podem ser usadas, tanto dentro quanto fora da empresa – são de responsabilidade do próprio indivíduo. O empreendedor de si torna-se instrumento do seu próprio sucesso profissional e social, é o único responsável pelo seu sucesso e, também, pelo seu fracasso.

De acordo com Ehrenberg (2010) o empreendedorismo é marcado por uma espécie de heroísmo e pela busca do sucesso. O heroísmo presente no estilo de vida empreendedor se destaca no momento em que o indivíduo não se contenta mais em observar e admirar o modo como o outro – artista, esportista, grande empresário e etc. – se torna alguém graças a seu próprio mérito. Atualmente o indivíduo comum busca o protagonismo, não se limitando mais a posição de consumo da vida privada, ele adentra a vida pública pelo caminho da produção, do desempenho, da concorrência, da competência, que o impulsiona a se governar por si mesmo. “O empreendedorismo foi erigido como um modelo de vida heroica porque ele resume um estilo de vida que põe no comando *a tomada de riscos* numa sociedade que faz da concorrência interindividual uma justa competição” (EHRENBURG, 2010, p. 13).

Quando a confiança nas soluções coletivas para a transformação política da sociedade e o Estado-providência está em crise, a ação individual de empreender, além de heroísmo, se torna o caminho legítimo do sucesso. Nesse caso, ser bem-sucedido é aprender a enfrentar a sociedade de risco, “[...] é poder inventar seu próprio modelo, desenhar sua unicidade, ainda que idêntica à de todos os outros. Ser bem-sucedido é tornar-se si mesmo, tornar-se alguém” (EHRENBURG, 2010, p. 50). Desse modo, o sujeito empreendedor assume a responsabilidade por sua própria vida, transformando sua descrença na solução coletiva em uma solução individual, pessoal.

A governamentalidade neoliberal é marcada por um modo de direção de condutas que tem como fundamento a responsabilidade individual e o autocontrole. Nesse caso, a responsabilidade “não é considerada como uma faculdade adquirida de uma vez por todas, mas vista como resultado de uma interiorização de coerções” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 350)

e da aplicação de um conjunto de técnicas que objetivam aumentar o controle de si mesmo e o desempenho individual como, por exemplo, a avaliação.

As técnicas de avaliação são procedimentos capazes de dirigir as condutas dos sujeitos pela via do estímulo ao bom desempenho individual. A avaliação “pode ser definida como uma relação de poder [...] cujo efeito é uma *subjetivação contábil* dos avaliados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 351). Nesse contexto, não se prejulga a eficácia do sujeito pela sua trajetória escolar ou profissional, por meio de seus diplomas, *status*, experiência, ou pela sua posição na grade de classificação. O novo modelo empresarial de direcionamento das condutas passa a considerar os resultados das medidas quantitativas e dos procedimentos regulares de avaliação, como o veículo mais eficiente para medir a competência e o desempenho dos sujeitos e estimular seu aumento.

Podemos observar que a governamentalidade neoliberal utiliza de processos de subjetivação, marcados por técnicas de gestão de si, com fins de intensificar o desempenho dos sujeitos e fabricar o sujeito responsável, “[...] a gestão neoliberal de si mesmo consiste em fabricar para si mesmo um eu produtivo, que exige sempre mais de si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 344).

Dardot e Laval apresentam o dispositivo desempenho/gozo como mais uma técnica de gestão neoliberal das subjetividades. Segundo esses autores, “o sujeito neoliberal é produzido pelo dispositivo ‘desempenho/gozo’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 354). Trata-se de um dispositivo que busca identificar o desempenho ao gozo, exigindo do sujeito que produza sempre mais, que melhore seu desempenho, que ultrapasse seus limites, para que maior seja o seu gozo.

A identificação entre desempenho e gozo ocorre pelo princípio do “sempre mais”, pelo excesso e pela autosuperação, que visa intensificar a eficácia dos sujeitos, que buscam sempre um “além de si mesmo” em todos os domínios de sua existência. Isso quer dizer que, a “vida em todos os seus aspectos, torna-se objeto dos dispositivos de desempenho e gozo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 356), que utiliza de um duplo discurso, gerencial e publicitário⁷, que faz do desempenho um dever e do gozo um imperativo.

⁷ O discurso publicitário e midiático é um elemento de larga contribuição para o dispositivo desempenho/gozo, visto que são responsáveis pela grande literatura constituída por revistas, programas de televisão, sites na internet e aplicativos de celular, que exibem o “sucesso” como um valor supremo, criando

Intuitio, Chapecó-SC, v. 16, n. 1, p. 1-21, jan.-dez. 2023 (p. 17)

Longe do modelo de um poder central que comandaria remotamente os sujeitos, o dispositivo desempenho/gozo distribuiu-se em mecanismos diversificados de controle, avaliação e incentivo e participa de todas as engrenagens da produção, de todos os modos de consumo, de todas as formas de relações sociais. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 362).

A partir de agora, “[...] a norma social do sujeito mudou. Não é mais o equilíbrio, a média, mas o desempenho máximo que se torna o alvo da ‘reestruturação’ que cada indivíduo deve realizar em si mesmo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 356). O discurso de gozo e desempenho torna o indivíduo responsável pelo seu próprio corpo, conduzindo o indivíduo a transformar e modelar seu corpo, para que ele possa aumentar suas capacidades de produção e prazer. Desse modo, é possível observarmos “uma *subjetivação pelo excesso de si em si*, ou ainda, pela *superação indefinida de si*”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 357).

Nesse contexto de gestão neoliberal das subjetividades, é possível observar uma aproximação entre os discursos econômicos e os discursos psicológicos, por meio da integração, na economia, de uma série de técnicas comportamentais⁸. Isso ocorre pois, para governar as condutas dos sujeitos, deve-se saber influenciar a formação dos motivos que os conduzem a certa ação e saber como determinado conjunto de estímulos acarretam respostas, a partir das quais será possível introduzir outras variáveis de comportamento. Nesse sentido, os discursos e as técnicas psicológicas, como estímulo, incentivo, recompensa, tornam-se motor de condutas, no campo educacional, profissional e familiar.

Segundo Dardot e Laval (2016), o discurso “psi” como uma tecnologia intelectual, utiliza de sua legitimidade científica para contribuir na condução do sujeito governável, a partir de um saber concernente à sua constituição interna. Desse modo, os discursos e técnicas “psi” fizeram como que os sujeitos aprendessem “a conceber-se como seres psicológicos, a julgar-se e modificar-se por um trabalho em si mesmos, ao mesmo tempo que deu às instituições e aos governantes meios de dirigir a conduta desses indivíduos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 359). A governamentalidade neoliberal não estabelece oposição entre poder e liberdade subjetiva, não transforma o sujeito em objeto passivo, sua grande expertise é “conduzir um sujeito a fazer o que aceita querer fazer”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 355).

nos sujeitos uma vontade de ser bem-sucedido. Segundo Dardot e Laval (2016), o sujeito encontra sua verdade no veredicto do sucesso submetendo-se a um “jogo de verdade” em que prova seu ser e seu valor.

⁸ Sobre essas técnicas comportamentais, muito em voga no neoliberalismo estadunidense, Foucault menciona que boa parte delas tem como base as pesquisas do psicólogo behaviorista Skinner.

Na continuidade da linha de análise acerca da relação entre governamentalidade neoliberal e produção de subjetividade, podemos observar um aspecto relevante e muito presente nas práticas neoliberais nos dias atuais: a questão monetária e a financeirização, ou seja, o papel da moeda na modulação das subjetividades. Segundo Lazzarato (2011), dentre os efeitos de poder da moeda sobre a subjetividade dos indivíduos, se destacam aqueles exercidos pela dívida. Ser um endividado é uma condição geral e necessária do sujeito na atualidade.

A dívida se constitui cada vez mais como um elemento fundamental para que o indivíduo possa satisfazer suas necessidades básicas de sobrevivência, como por exemplo, moradia, transporte, saúde e educação, que podem ser tornar acessíveis por meio da aquisição de produtos bancários como: financiamentos imobiliário e educativo, consórcio automobilístico e seguro saúde. Assim, observamos os direitos sociais dos indivíduos sendo substituídos pelo acesso ao crédito, ou seja, o direito de contrair dívidas.

Os indivíduos constantemente incentivados a adquirir créditos, ingressam num sistema de dívida infinita. Nesse contexto, podemos observar que a hegemonia dos bancos produz o sujeito endividado. “Sua subjetividade se configura sobre a base da dívida, você sobrevive se endividando, e vive sob o peso de sua responsabilidade em relação à dívida. Você é controlado pela dívida” (NEGRI; HARDT, 2014, p. 22). Os efeitos do poder da dívida produzem mutações nas subjetividades dos indivíduos e vêm, aos poucos, transformando as relações de oposição entre classes no interior da sociedade, da relação capitalista-assalariado para a relação credor-devedor.

É possível observar que a dívida também produz efeitos de poder sobre as escolhas e as formas de trabalho dos endividados, forçando-os a aceitar qualquer trabalho e trabalhar arduamente em longas e exaustivas jornadas, entregando todo o seu tempo de vida para que possam honrar com suas dívidas. Nesse sentido, a dívida passa a controlar o tempo de trabalho e de vida dos indivíduos, penhorando seus comportamentos, salários e rendimentos futuros. “A dívida é a técnica mais adequada para a produção do *homo oeconomicus* neoliberal” (LAZZARATO, 2017, p. 67).

Uma modalidade de endividamento que vêm crescendo rapidamente nos dias atuais é a dívida adquirida pelo uso do cartão de crédito, este se torna praticamente uma identidade eletrônica inseparável dos indivíduos, fazendo funcionar técnicas específicas de

individualização cujo resultado é a automatização, a manutenção da relação credor/devedor, e o controle e modulação das subjetividades. O cartão de crédito, ao facilitar as compras, incita e encoraja a sociedade a consumir. As compras efetuadas via cartão permitem aos bancos e demais financeiras, elaborar uma cartografia detalhada e promover uma supervisão generalizada do estilo de vida de cada indivíduo.

Nesse contexto de captura do estilo de vida dos indivíduos a partir de seus hábitos, necessidades e consumo, entram em cena os *big-data*, tecnologia digital capaz de reunir enormes quantidades de dados de diferentes fontes sobre os indivíduos, que podem ser conectados entre si, divulgados ou comercializados. “Os nossos hábitos digitais proporcionam uma representação muito mais exata de nosso caráter, e nossa alma, [...] do que a imagem que fazemos de nós mesmos” (HAN, 2020, p. 85). Atualmente, todas as nossas ações na rede digital são observadas e registradas, tudo é mensurável e quantificável. Tais dados exercem profunda importância para as práticas econômicas e políticas, pois permite a criação de prognósticos sobre o comportamento humano, se tornando uma forma eficiente de monitoramento e controle das subjetividades.

Diante do exposto, podemos observar que a racionalidade neoliberal utiliza de um conjunto de práticas, técnicas e dispositivos que induzem os sujeitos a funcionar de acordo com as regras do jogo neoliberal impostas a eles, que têm a concorrência como norma de conduta generalizada e a empresa como modelo de subjetividade. Portanto, a governamentalidade neoliberal participa das relações estratégicas que constituem o mundo social e que modelam subjetividades.

Referências

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Edição Michel Senellart; Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Edição Michel Senellart; Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário**. São Paulo, SP: Autonomia Literária, 2021.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. trad. Ingrid Muller Xavier; revisão técnica Alfredo Viega-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.

DARROT, Pierre; LAVAL, Christina. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Biotempo, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. 7ª ed. Trad. Maurício Liesen. Revisão Ana Martini, Fernanda Alvares. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Trad. Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: EditoraVozes, 2017.

EHRENBERG, Alain. **O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa**. Org. e Trad. Pedro F. Bendassolli. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2010.

LAVAL, Christian. **Foucault, Bourdieu e a questão neoliberal**. Trad. Márcia Pereira Cunha, Nilton Ken Ota. São Paulo: Elefante, 2020.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal**. Trad. Renato Abramowicz Santos. São Carlos: EDUFSCar, 2011.

LAZZARATO, Maurizio. **O Governo do Homem Endividado**. Trad. Daniel P. P. da Costa. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LEMKE, Thomas. **Foucault, governamentalidade e crítica**. trad. Mário A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2017.

NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. **Declaração – Isto não é uma manifesto**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: n-1 edições, 2014.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Trad. Marcos Santarrita. 16ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

Recebido em: 19/09/2023

Aprovado em: 18/11/2023

Publicado em: 27/12/2023